

Professores do Norte e açorianos criticam a formação em exercício

OS PROFESSORES em formação no Centro Integrado de Braga rejeitaram o Decreto-Lei 405/86 sobre formação profissional e solicitaram aos grupos parlamentares que promovessem a curto prazo a sua ratificação pela Assembleia da República.

Segundo o Sindicato dos Professores da Zona Norte, é necessário que o Ministério da Educação adopte medidas que «permitam corrigir, de imediato, as situações graves que se deparam naqueles

que se encontram a realizar a formação em serviço».

Os professores pretendem a redução de tempo de formação por um ano e a abolição dos exames finais das disciplinas da área das Ciências de Educação.

Também os professores em formação em exercício da ilha de S. Miguel anunciaram ontem a sua recusa a «qualquer avaliação em Ciências da Educação», enquanto todos os respectivos grupos não re-

verem acompanhante de prática pedagógica.

Um comunicado divulgado em Ponta Delgada, após plenário dos cerca de 50 docentes abrangidos pelo processo, sustenta, por outro lado, constituir «um contrasenso e uma violação da realidade actual» a alegada «imposição de uma prova final de avaliação aos professores em formação em exercício».

O documento critica também «a forma desconexa, de-

formada e mesmo ilegal como decorre o processo de formação dos professores nos Açores», ao referir que o processo envolve docentes com mais de cinco anos de serviço.

«Não podemos aceitar que um processo de formação pedagógica de professores decorra em moldes antipedagógicos só porque a Secretaria regional da Educação e Cultura não é capaz de coordenar eficazmente as medidas necessárias previstas na lei», diz o comunicado.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política - Professores

